

A economia colaborativa no contexto das cooperativas de crédito

The collaborative economy in the context of credit cooperatives

Hiadyla Souza Correia

E-mail: hiadyla@gmail.com

Graduada em Ciências Contábeis, MBA em Finanças Empresariais e MBA em Gestão de Cooperativas de crédito pelo Centro Universitário Unihorizontes.

Luciano Zille

E-mail: luciano.zille@unihorizontes.br

Graduado em Psicologia, Mestrado e Doutorado em Administração pela UFMG

Nayara Batista

E-mail: nayarakellybatista09@gmail.com

Graduada em Serviço Social, pesquisadora, mestranda em Administração pelo Centro Universitário Unihorizontes

Recebido em: 15/04/2018
Aprovado em: 23/05/2018

**Revista do Programa de Pós-Graduação em Extensão
Rural (UFV)**

ISSN 2359-5116 | V. 7 | N.1 | JAN-JUN.2018

RESUMO:

A economia colaborativa é um movimento de concretização de uma nova percepção, onde a divisão deve necessariamente substituir o acúmulo, portanto, trata-se de algo inovador no contexto da sociedade de consumo. O presente estudo objetivou analisar e descrever como a economia colaborativa pode contribuir para a expansão do cooperativismo de crédito. Em termos metodológicos, a pesquisa foi de natureza descritiva e qualitativa, por meio de estudo de caso em uma cooperativa de crédito mineira, onde foram entrevistados seis gestores estratégicos da referida instituição. Os dados foram analisados mediante a técnica de análise de conteúdo. Em termos de resultados, evidenciou-se que a economia colaborativa é um conceito contemporâneo, podendo contribuir para que as cooperativas de crédito possam ser mais eficientes e competitivas. O aumento do acesso à *internet*, sociabilidade proporcionada pelas novas tecnologias e a nova geração digital, foram apontados como os principais fatores que contribuem para o crescimento da economia colaborativa e que, conseqüentemente, está contribuindo para as mudanças relacionadas ao negócio estudado.

Palavras-Chave: Cooperativismo. Economia colaborativa; Cooperativa de crédito; Novas tecnologias.

ABSTRACT

Collaborative economics is a realization movement of a new perception, where division must necessarily replace accumulation, so it is something innovative in the context of consumer society. The present study aimed to analyze and describe how the collaborative economy can contribute to the expansion of credit cooperativism. In methodological terms, the research was descriptive and qualitative, through a case study in a credit cooperative in Minas Gerais, where six strategic managers of the institution were interviewed. Data were analyzed using the content analysis technique. In terms of results, it was evidenced that the collaborative economy is a contemporary concept, and can contribute to that credit cooperatives can be more efficient and competitive. The increase in Internet access, sociability provided by the new technologies and the new digital generation, were pointed out as the main factors that contribute to the growth of the collaborative economy and that, consequently, is contributing to the changes related to the studied business.

Keywords: Cooperativism. Collaborative economics; Credit cooperative; New technologies.

Introdução

O movimento cooperativo representa na atualidade uma força mundial, onde milhares de associações cooperativistas, das mais diversas formas, estão presentes por todo o planeta. Esse movimento está estruturado de acordo com as classes sociais, categorias econômicas, nacionalidade, crenças religiosas e as distintas concepções pertinentes ao sistema cooperativo. É considerado o produto da organização capitalista moderna da sociedade (MLADENATZ, 2003).

Dentre os diversos segmentos, as cooperativas de crédito se destacam por serem instituições financeiras constituídas sob a forma de sociedade cooperativa, tendo como principal objetivo prestar serviços financeiros de modo simples e vantajoso aos seus associados. Em vários países as cooperativas de crédito são importantes mecanismos de evolução social, enquanto no Brasil, esse sistema encontra-se em processo de expansão (PINHEIRO, 2007).

A crise financeira de 2008 nos Estados Unidos da América vem contribuindo para a transformação da vida econômica das pessoas, onde o compartilhamento de bens e serviços começou a se tornar realidade. Nesse contexto, a economia colaborativa está ressignificando o conceito de que a sociedade deve cooperar ao invés de competir. Esse modelo de economia é alimentado por cidadãos que se doam e trabalham em conjunto, evidenciando a colaboração e a confiança entre as pessoas (RIFKIN, 2016).

Na visão de Meinen e Port (2016), as cooperativas são antigas no contexto do compartilhamento, uma vez que são instituições de posse coletiva, que não visam lucro, mas sim, a melhoria do atendimento de acordo com a demanda dos cooperados. Ainda de acordo com esses autores, a principal diferença é que o cooperativismo usa como veículo de atuação a organização convencional, enquanto que na era colaborativa faz-se negócios por meio de processos contemporâneos, onde as transações se dão pelos meios digitais.

De acordo com o contexto apresentado até então, este estudo buscou responder a seguinte questão de pesquisa: Como a economia colaborativa pode contribuir com o cooperativismo de crédito?

Em decorrência o problema de pesquisa, o estudo objetivou descrever e analisar, com base na percepção dos gestores de uma cooperativa de crédito, como a economia

colaborativa pode contribuir para a expansão do cooperativismo de crédito na instituição analisada.

A justificativa para o desenvolvimento deste estudo pautou-se em três planos: o acadêmico, o institucional e o social. Em relação ao plano acadêmico, vem contribuir para o avanço e aprofundamento dos estudos relacionados à economia colaborativa em relação às cooperativas de crédito, contexto este, ainda pouco explorado pelos estudos empíricos. No plano institucional, vem possibilitar dados científicos que podem contribuir com a instituição pesquisada visando à modernização e avanço dos negócios cooperativos. Por fim, no plano social, como se trata de uma instituição cooperativa, os avanços que o estudo possibilitar, poderá reverter em benefícios da sociedade. Contribuirá para desenvolver nas pessoas a ideia da troca e do compartilhamento, ativando a responsabilidade social e solidariedade. (BOSTMAN; ROGERS, 2011).

Este artigo está estruturado em cinco seções, incluindo esta introdução. Na seção a seguir, aborda-se o referencial teórico, apresentando a teoria relacionada ao cooperativismo; cooperativismo de crédito; economia colaborativa e economia colaborativa no cooperativismo de crédito. Na terceira seção consta a metodologia da pesquisa. Na quarta apresenta-se a análise e a discussão dos resultados, e por fim, na quinta seção, estão contempladas as considerações finais.

Referencial Teórico

Nesta seção apresenta-se a teoria que embasou o estudo, relacionada ao cooperativismo; cooperativismo de crédito; economia colaborativa e, por fim, a relação da economia colaborativa com o cooperativismo de crédito.

Cooperativismo

De acordo com Rech (2000), ao longo da história da humanidade as pessoas estão sempre à procura das mais distintas formas de convivência para que possam facilitar o dia a dia e com isso, oferecer condições de superar as adversidades da vida.

O cooperativismo busca proteger a economia dos trabalhadores e se caracteriza por assegurar uma maior participação da população nos resultados da atividade econômica. Para tanto, contribui para o aperfeiçoamento do ser humano em todos os seus

valores de ajuda mútua, responsabilidade, democracia, igualdade, equidade e solidariedade (RECH, 2000).

Pode ser considerado um sistema de ideias, valores e forma de organização da produção de bens e serviços e do consumo, que reconhece as cooperativas como forma ideal de organização das atividades socioeconômicas. Seu objetivo não é o conjunto das pessoas, mas sim o indivíduo, por meio do conjunto das pessoas (GOUVEIA, 1997).

O modelo cooperativista se disseminou pelo mundo, atuando em todos os setores da economia. É visto como um sistema pertinente, participativo, justo, democrático e indicado para atender às demandas e aos interesses dos trabalhadores (GUINNANE, 2001; VEIGA e FONSECA, 2001).

As cooperativas tiveram origem nas atitudes defensivas dos trabalhadores contra altos preços dos bens de necessidades básicas. O cooperativismo surgiu formalmente há aproximadamente dois séculos, tendo o registro das primeiras cooperativas na Inglaterra e Alemanha, em meio ao desemprego gerado pela Revolução industrial. Os registros apontam que na região de *Rochdale, Manchester*, na Inglaterra, 28 trabalhadores, a maioria tecelões, fundaram a primeira cooperativa de consumo da história, como estratégia de sobrevivência após uma greve prolongada, possibilitando assim, a aquisição, a menor custo, de bens e suprimentos diretamente dos produtores, extinguindo, portanto, o intermediário da relação comercial (VEIGA e FONSECA, 2001). Miadenatz (2003) aponta os tecelões de *Rochdale* como os ‘autênticos’ fundadores da moderna cooperativa de consumo.

Destarte e Rech (2000) consideram que os princípios do cooperativismo foram decretados pelos pioneiros de *Rochdale*, criados com objetivo de orientar as cooperativas na prática dos valores, para servir como base para o seu funcionamento. Posteriormente, nos congressos realizados pela ACI (Aliança Cooperativista Internacional), esses princípios foram discutidos, modificados e aperfeiçoados.

No contexto brasileiro, por volta de 1887, foram criadas as primeiras cooperativas, como a Cooperativa de Consumo dos Empregados da Companhia Paulista, em Campinas, São Paulo. Em Minas Gerais, fundou-se a Cooperativa de Consumo de Ouro Preto e em 1889, a Sociedade Econômica Cooperativa dos Funcionários Públicos de Minas Gerais. Posteriormente, em Limeira, São Paulo, a Cooperativa da Companhia Telefônica, por volta dos anos de 1891 e no Rio de Janeiro, a Cooperativa dos Militares em 1894 (PINHEIRO, 2007).

Conforme formalizado pela ACI em 1995, Veiga e Fonseca (2002) apontam os sete princípios cooperativistas, que são mencionados por meio do Quadro 1 a seguir:

Quadro 1- Os sete princípios cooperativistas

(Continua)

Princípios	Descrição
1. Livre acesso e adesão voluntária	As cooperativas são sociedades voluntárias, abertas aos indivíduos aptos a usufruir dos seus serviços e aceitar os compromissos como integrantes, sem discriminações de sexo, sociais, raciais, políticas e religiosas.
2. Controle democrático pelos membros	As cooperativas são organizações democráticas, controladas pelos seus sócios, que participam intensamente na criação das políticas e tomada de decisões. Os sócios escolhidos como representantes dos demais membros, e são responsáveis diante destes. Nas cooperativas de primeiro grau, os associados têm igual direito de voto (um associado, um voto); as cooperativas de grau superior são também organizadas de maneira democrática.
3. Participação econômica dos associados	A contribuição para o capital das cooperativas é realizada pelos associados que o controlam democraticamente. Parte desse capital é, geralmente, o bem comum da cooperativa. Os membros recebem habitualmente, quando houver, provento limitado ao capital integralizado, como contrapartida da adesão.
4. Autonomia e independência	As cooperativas são sociedades autônomas, de ajuda mútua, controladas pelos seus associados. Se fizerem acordos com outras organizações, incluindo instituições públicas, ou precisarem de capital externo, devem fazê-lo em condições que certifiquem o controle democrático pelos seus associados e condicionem a autonomia da cooperativa.
5. Educação, capacitação e informação	As cooperativas proporcionam a educação e a formação dos seus associados, dos representantes eleitos e dos colaboradores, de forma que estes possam contribuir para o crescimento das cooperativas.
6. Cooperação entre as cooperativas	As cooperativas servem de forma mais eficaz aos seus membros e dão mais força ao movimento cooperativo trabalhando em conjunto, por meio das estruturas locais, regionais, nacionais e internacionais.

7. Compromisso com a comunidade	As cooperativas ocupam-se para o desenvolvimento sustentável das suas comunidades por meio de políticas aprovadas pelos membros.
---------------------------------	--

Fonte: Veiga e Fonseca (2002, p. 22).

Os princípios podem ser considerados como uma sequência de alinhamentos gerais que constituem a doutrina do movimento cooperativo e fundamentam a viabilidade da criação de cooperativas. De acordo com Pinheiro (2007), quanto ao nível de organização, as sociedades cooperativas são classificadas como:

Quadro 2 – Classificação das sociedades cooperativas

Cooperativas	Descrição
1. Singulares	Constituídas por pessoas físicas e jurídicas que tem por objetivo prestar serviços diretos ao associado.
2. Centrais ou federações	São as cooperativas constituídas de no mínimo três cooperativas singulares, tendo como objetivo organizar em comum e em maior escala, os serviços das filiadas, facilitando a utilização recíproca dos serviços.
3. Confederação de cooperativas	São constituídas, de pelo menos, três Centrais ou Federações de Cooperativas, organizando em comum e em maior escala, os serviços das filiadas.

Fonte: Pinheiro (2007, p. 07).

Existem algumas classificações e tipos de cooperativas. Para Rech (2000), na atividade comum das cooperativas, os tipos mais conhecidos são as cooperativas de crédito, consumo, agrárias ou agropecuárias, pesca, habitacionais, eletrificação rural, escolares e educacionais.

Cooperativismo de Crédito

Entre os diversos tipos de associação cooperativa estão as cooperativas de crédito. São sociedades de pessoas, com forma e natureza jurídica próprias, sem fins lucrativos, constituídas para ofertar soluções financeiras de acordo com as necessidades dos

associados, sendo instrumento de incentivo para o desenvolvimento econômico e social (HUPPI e FEDDER, 1990).

De acordo com Rech (2000), as cooperativas de crédito objetivam fornecer empréstimos aos associados no intuito de fomentar a produção ou atividade produtiva, suprimindo as dificuldades dos clientes na obtenção de créditos e financiamentos.

A primeira cooperativa de crédito no Brasil, foi fundada no início do século XX, por produtores de vinhos, em Nova Petrópolis, Rio Grande do Sul, sendo a primeira da América Latina. Segundo Veiga e Fonseca (2001), foi um padre jesuíta suíço, *Theodor Amstadt*, que lançou a ideia da organização de uma caixa de crédito rural nos moldes das *Caixas Raiffeisen* idealizadas por *Friedrich Raiffeisen*.

As cooperativas de crédito integram o Sistema Financeiro Nacional, e a aprovação está subordinada ao Banco Central, tendo exigências específicas para a sua formação (PINHEIRO, 2007).

Nesse contexto, as cooperativas de créditos têm diferenciações em relação aos bancos convencionais capitalistas, tendo em vista que os cooperados possuem o controle dos ganhos e das operações realizadas por meio deste investimento, sendo o resultado das aplicações repartidos, financiados ou reinvestidos de acordo com anuência da assembleia. No caso do banco convencional, o cliente deposita o dinheiro e o banqueiro faz o controle de todas as ações relacionadas a este investimento, como o retorno dos juros (VEIGA e FONSECA, 2001).

Nas cooperativas de crédito o associado tem a oportunidade de obter um atendimento personalizado para suas demandas. O resultado da cooperativa no fechamento do exercício, conhecido como sobra, é distribuído proporcionalmente de acordo com a reciprocidade entre os cooperados que exercem ao mesmo tempo o papel de donos e usuários. Dessa forma os ganhos voltam a circular na comunidade em que a cooperativa está inserida (VEIGA e FONSECA, 2001).

As cooperativas são autorizadas e supervisionadas pelo Banco Central, contando com o Fundo Garantidor do Cooperativismo de Crédito (FGCoop), que é uma associação civil, sem fins lucrativos, com personalidade jurídica própria, de direito privado, tendo como associadas todas as cooperativas singulares de crédito captadoras de depósito e bancos cooperativos. O FGCoop tem por finalidade prestar garantia de créditos contra as instituições associadas nas situações de decretação da intervenção ou da liquidação

extrajudicial, portanto, constitui-se numa segurança para aos cooperados (MEINEN e PORT, 2014).

Para Soares (2008) o cooperativismo possui grande importância na sociedade, tendo em vista que estimula e promove a aplicação de recursos financeiros privados onde atua, assumindo os riscos do retorno, contribuindo assim, de forma significativa para o desenvolvimento local sustentável, principalmente, na composição de poupança e de financiamento de iniciativas empresariais, contribuindo para a geração de empregos e distribuição de renda na região que atua.

Economia Colaborativa

A inovação tem sido um tema constante nas discussões sobre o desenvolvimento econômico sustentável e o desempenho das empresas. Em contrapartida, junto a essas questões, é também comum mencionar o termo ‘consumo colaborativo’ como algo inovador no contexto da sociedade de consumo atual.

Para Botsman e Rogers (2011) e Maurer *et al.*, (2015) a ideia de consumo colaborativo refere-se a um sistema em que as pessoas dividem recursos sem perder o estilo de vida. Percebe-se que uma economia inteira está deslocando das trocas de bens e serviços de clientes para clientes e não mais de empresas para clientes, alterando a relação entre consumidores e vendedores, impactando diretamente nos modelos de negócios.

Esses autores apontam ainda que estudos relacionados à ciência, psicologia social e economia, discorrem sobre compartilhamentos, escambos, trocas e, quanto mais se analisam estes estudos, mais se convence de que tais comportamentos refletem uma onda socioeconômica, denominada de consumo colaborativo.

Nesse sentido, consumir não é mais uma prática apenas de aquisição, mas uma atividade dinâmica na qual a contribuição e a colaboração são essenciais para obter o que se deseja (BELK, 2013).

O conceito de economia colaborativa originou-se nos Estados Unidos da América nos anos 2000 e tomou grande proporção após a crise mundial de 2008, quando os americanos começaram a perceber que o ritmo de consumo era muito acelerado, abrindo espaço para movimentos que repensavam a maneira de consumir, ganhando espaço e se multiplicando. (BOTSMAN e ROGERS, 2011).

A partir desse modelo econômico, em vez de comprar novos produtos ou serviços, os indivíduos podem procurar quem já os possuem para alugá-los, trocá-los por outros

bens ou emprestá-los por um determinado período. Por exemplo, quem empresta ou aluga um carro ganha renda ou poupa despesas ou, garante um benefício parecido para si próprio no futuro (BOTSMAN e ROGERS, 2011).

Segundo Rifkin (2016), enquanto o mercado capitalista baseia-se no interesse próprio, guiado pelo ganho material, os bens comuns sociais são movidos por interesses colaborativos e norteados por um grande desejo de se conectar com os outros e de compartilhar. A sociedade que antes era consumista está se transformando, tendo em vista a demanda de mudança rápida nos desejos dos consumidores de trocar produtos em vez de comprá-los.

Os bens comuns colaborativos já estão impactando em grande escala a vida econômica da população. Os mercados estão perdendo o lugar para estas redes, o acesso está se tornando mais importante que a posse, a busca do próprio interesse está sendo modesto pela pressão dos interesses colaborativos e o sonho de “ser rico” está sendo substituído pelo sonho de uma qualidade de vida sustentável (BOTSMAN e ROGERS, 2011).

Para Rifkin (2016, p.34), “na próxima era, ambos capitalismo e socialismo perderão sua influência anteriormente dominante sobre a sociedade, conforme uma nova geração se identifica cada vez mais com o colaborativismo”, construindo uma relação econômica e social baseada na promoção do bem-estar da humanidade.

A evolução da economia colaborativa surge porque a nova geração tem um desapego grande a ativos na comparação com as gerações anteriores. A *internet*, por meio das redes sociais, abriu esse processo ampliando o contato entre pessoas e organizações. Para Maurer *et al.*, (2015) as tecnologias da informação e comunicação têm fomentado este tipo de economia baseado na partilha, empréstimos, aluguel e trocas de produtos e serviços.

Nesse contexto, as inovações tecnológicas vêm influenciando o crescimento da economia colaborativa, como por exemplo, a *internet*, permitindo que cada indivíduo se conecte à outro em procura de sinergias e facilidades, na busca de melhorar o bem-estar social no mundo como um todo. Essa interconectividade tem ampliado o modelo econômico do compartilhamento por meio de novas relações de consumo estimuladas por plataformas digitais. Botsman e Rogers (2011) afirmam que esse tipo de consumo se

caracteriza como uma explosão em relação as formas tradicionais de troca, as quais têm sido reinventadas por meio de tecnologias de rede.

A intensificação da interação não se limita à rede, o consumo colaborativo pode ser organizado em sistemas, conforme propõe Botsman e Rogers (2011):

Quadro 3 – Sistemas de consumo colaborativo

Sistemas	Descrição
1. Sistemas de Serviços e de Produtos	Baseado no pagamento pela utilização de determinado bem, sem necessidade de adquiri-lo. O sistema permite que vários produtos de propriedade de uma empresa sejam compartilhados, ou que produtos privados, sejam compartilhados entre pares, como por exemplo, o aluguel de determinados bens.
2. Mercado de Redistribuição	Esse modelo é associado às trocas e doações utilizando a <i>internet</i> , redes sociais e outras tecnologias para que as mercadorias usadas possam ser redistribuídas.
3. Estilo de Vida Colaborativos	Associado à troca e à divisão de ativos intangíveis como tempo, habilidades ou dinheiro, a exemplo dos <i>sites</i> de carona. Pessoas com interesses semelhantes compartilham, trocam ou permutam bens tangíveis e intangíveis

Fonte: Botsman e Rogers (2011, p. 61).

A partir desse contexto em relação à economia colaborativa, o futuro apresenta vários desafios para este modelo econômico, entretanto, além de regulação e normativas em torno de seus processos, deve-se fortalecer a confiança entre as partes envolvidas para continuar a caminhar em direção a um desenvolvimento sustentável (SINGER, 2002).

Economia Colaborativa no Cooperativismo de Crédito

Na visão de Singer (2012), o modelo de produção capitalista tem dominado ao longo dos anos, e tem sido visto como normal ou natural pelas pessoas, no entanto, a competição na economia tem sido criticada pelos seus inúmeros efeitos sociais e ambientais. Para Frantz (2012), o mercado está se exaurindo em relação ao modelo de

desenvolvimento embasado em objetivos e metas focadas no lucro e acumulação de capital (SINGER, 2012).

Ainda de acordo com Singer (2002), para ocorrer uma transformação onde predomine na sociedade a igualdade entre todos os seus membros, é preciso que a economia seja colaborativa em vez de competitiva. Isso significa que os atores na atividade econômica precisariam cooperar entre si, em vez de disputar. A solidariedade na economia só ocorre se ela for organizada com igualdade pelos que se associam para produzir, comercializar, trocar, consumir ou poupar.

A organização de um negócio solidário, ao tirar o indivíduo de seu mundo individual, relacionando-o com os outros pelos laços sociais, da emoção, razão, associação, cooperação, construindo espaços coletivos, ativa a responsabilidade social e a solidariedade, elementos estes, essenciais ao desenvolvimento do ser humano e de seus espaços de vida. Assim, os homens se humanizam pelo conceito solidário e cooperativo do outro (FRANTZ, 2012).

Frantz (2012) mostra que diante da ressignificação como movimento social, as cooperativas ganham espaço para adoção de práticas de educação popular. Retomam o cooperativismo como um projeto de esperança, espaço concreto de organização e instrumento coletivo para guiar as economias, estimulando assim, o aumento de novas relações sociais.

As cooperativas de créditos podem ser consideradas modelos colaborativos financeiros, uma vez que elas se destinam a operar como bens comuns, não visam lucros e os seus resultados são distribuídos entre os associados. São norteadas pela cooperação ao invés da competição e por comprometimento social amplo em vez de interesses próprios estreitos. O termo cooperativismo traz em sua origem histórica a percepção de trabalho conjunto e relações sociais de trabalho. Está relacionado à economia, tendo sua essência na valorização do trabalho humano (RIFIKIN, 2016).

A partir dos anos 2008 vem surgindo um novo tipo de compartilhamento de crédito, chamado empréstimo social, ou entre pares, onde as instituições financeiras *online* emprestam dinheiro diretamente a pessoas ou projetos. Esse tipo de financiamento, facilitado pela *internet* para os que a possuem, leva o custo adicional do empréstimo à praticamente zero, reduzindo as taxas de juros e encargos. Dessa forma, o financiamento

coletivo, ajuda a realizar os sonhos para que vários projetos se tornarem realidade (RIFKIN, 2016).

Ainda de acordo com Rifkin (2016), esse movimento da economia traz o renascimento das cooperativas baseando na ideia de que os indivíduos podem ser atraídos para um modelo de negócio cooperativista, fundamentado nos preceitos de colaboração, equidade e sustentabilidade, que, de acordo com a ideologia neoliberal, parecia impraticável. No entanto, indicadores descrevem que mais de um bilhão de pessoas são associadas às cooperativas em todo mundo. Nos Estados Unidos da América as uniões de crédito, contam com 90 milhões de associados, que vivenciam um renascimento após a crise do mercado financeiro de 2008.

O projeto de uma economia cooperativa colaborativa apresenta um novo momento de luta em benefício de um futuro mais confiante, e de novas oportunidades de inclusão social. Oferece a oportunidade de um olhar à frente, com a esperança de não se entregar aos obstáculos da política de uma globalização concentradora de riqueza e poder ou descrença da utopia perdida de uma modernidade com liberdade, igualdade e fraternidade, abrindo lugar à liberdade da imaginação e à criatividade das pessoas. A economia cooperativa solidária, ao mesmo tempo em que contém as frustrações, as dúvidas e incertezas, constitui-se também em um processo educativo a caminho de um mundo mais justo e seguro para todos. Portanto, apresenta-se como um novo sonho a reconstruir relações sociais vencidas pelos princípios individualistas, a serviço da racionalidade do lucro em desfavor do homem (FRANTZ, 2012)

Finalmente, as cooperativas podem exercer papel fundamental como uma iniciativa para encontrar valor em espaços onde a economia capitalista desfruta de relações simbióticas. Sendo assim, percebe-se claramente que o movimento colaborativo oferece uma oportunidade de crescimento das cooperativas de crédito, constituindo-se numa nova oportunidade de evolução e transformação da sociedade individualista, capitalista e concentradora de riquezas (RIFKIN, 2016)

Percurso Metodológico

Nesta seção, são tratados os procedimentos metodológicos que foram utilizados para o desenvolvimento deste estudo, envolvendo tipo, abordagem e método de pesquisa, unidade de análise e de observação, sujeitos e as técnicas de coleta e análise dos dados.

No que se refere ao tipo de pesquisa, esta se classificou como descritiva. A pesquisa descritiva busca descrever o comportamento dos fenômenos estudados. É utilizada para identificar e obter informações sobre as características de um determinado problema (COLLIS e HUSSEY, 2005). Neste estudo, buscou descrever como a economia colaborativa pode contribuir para a expansão do cooperativismo de crédito na instituição analisada.

A abordagem foi de natureza qualitativa. Tendo como referência Vieira e Zouain (2004), a abordagem qualitativa caracteriza-se pela discussão, interpretação e compreensão do fenômeno estudado, a partir do seu contexto empírico e da base teórica pré-existente. Para Rodrigues (2015), a pesquisa qualitativa também permite uma interpretação mais pertinente em relação ao problema estudado.

Quanto ao método, este consistiu em estudo de caso. Para YIN (2001) o estudo de caso é realizado com objetivo de assimilar os diferentes fenômenos sociais, em que não há uma definição substancial sobre os limites entre o fenômeno e o contexto, contribuindo assim, para a compreensão dos fenômenos individuais, organizacionais, sociais e políticos. Nesta pesquisa, o caso estudado constituiu em identificar a percepção dos gestores, de como a economia colaborativa pode contribuir para a expansão do cooperativismo de crédito na instituição pesquisada.

Em relação à unidade de análise, esta consiste no tipo de caso que se referem às variáveis ou fenômenos em estudo sobre os quais são coletados e analisados os dados (COLLIS e HUSSEY, 2005). No caso deste estudo, a unidade de análise consistiu na economia colaborativa e sua relação com o cooperativismo de crédito. Em relação à unidade de observação, esta consistiu na instituição pesquisada, ou seja, a cooperativa de crédito.

No presente estudo, os sujeitos da pesquisa foram seis gestores que atuam em postos estratégicos da cooperativa, definidos por intencionalidade, considerando os critérios de conhecimento da instituição, experiência profissional e qualificação acadêmica. Participaram um diretor, três gerentes de postos de atendimento, um gerente do setor de produtos e um gerente de projetos.

Para Rosa e Arnoldi (2014) os entrevistados devem ser sujeitos que possuem informações diretamente relacionadas com os objetivos do estudo, o que foi observado nesta pesquisa.

A análise dos dados foi realizada por meio da técnica de análise de conteúdo, descrita por Bardin (2011), estruturada por meio de categorias e subcategorias de análise de acordo com os objetivos do estudo.

Análise e Discussão dos Resultados

Esta seção refere-se à apresentação e análise dos resultados da pesquisa. Em primeiro plano apresenta-se dos dados demográficos e funcionais dos sujeitos pesquisados e, posteriormente, descreve e analisa como a economia colaborativa pode contribuir para a expansão do cooperativismo de crédito, levando-se em consideração a percepção dos gestores no caso da cooperativa objeto deste estudo.

Caracterização dos entrevistados

Os sujeitos da pesquisa são cinco gerentes e um diretor da cooperativa de crédito, que atuam diretamente no plano estratégico da instituição. Esses profissionais estão alocados em diferentes cidades localizadas na região central do estado de Minas Gerais, que abrange as áreas de atuação da cooperativa.

Em relação à idade dos entrevistados, dois possuem entre 20 e 30 anos; um entre 30 e 40 anos e três estão na faixa entre 40 e 50 anos, sendo que todos são do sexo masculino.

No que se refere ao grau de instrução, todos os pesquisados possuem ensino superior completo e pós-graduação em nível de especialização (*lato sensu*). As áreas de formação são diversificadas como Administração, Ciências Contábeis, Engenharia de Produção, Gestão de Cooperativas de Crédito, Sistema de Informação e Mercado Financeiro e de Capitais.

Economia colaborativa e cooperativismo de crédito

Os gestores entrevistados consideraram o cooperativismo de crédito como importante impulso no cenário econômico atual brasileiro, sendo este um modelo atrativo, justo e sustentável para os associados. O relato a seguir ilustra esse contexto.

[...] vejo três funções essenciais do cooperativismo financeiro, a primeira é a *bancarização*, ou seja, se instalam em cidades pequenas onde não tem estrutura de bancos. Segundo é a redução da concentração bancária no Brasil. Os cinco maiores bancos do país possuem mais de 90% do mercado de crédito no país,

monopolizando o mercado. E por fim, as cooperativas de crédito ocupam um nicho pouco valorizado pelos grandes bancos que são as micro, pequenas e médias empresas, assim como as pessoas físicas de varejo que são mal atendidas. As cooperativas atuam justamente com esse público, oferecendo bom atendimento e melhores soluções financeiras (E2).

Tal percepção vai ao encontro do que preconiza Veiga e Fonseca (2001) ao considerarem que nas cooperativas de crédito o associado tem a oportunidade de conseguir um atendimento diferenciado para suas demandas. Na visão de Soares (2008), o cooperativismo contribui de forma significativa para o desenvolvimento local sustentável, gerando empregos e distribuição de renda na região onde atua.

Em relação à abordagem do tema economia colaborativa, foi questionado aos entrevistados a visão dos mesmos sobre o inovador modelo da economia. Dois respondentes afirmaram que não dispunham de informações relacionadas ao tema e dois afirmaram que já ouviram falar, mas não sabiam definir de forma mais precisa o que seria esse movimento da economia. Os demais afirmaram que consideram o tema como uma evolução advinda da tecnologia, tornando-se uma realidade no contexto atual. Os relatos a seguir ilustram esse posicionamento.

[...] o planeta terra é um só. Os recursos são finitos, e a *internet* evoluiu muito, principalmente na última década. Diante dessas afirmações a humanidade, criativa como sempre para resolver problemas, se utilizou da *internet* para criar modelos econômicos colaborativos, mais eficientes, com menor custo, acessível a um número cada vez maior de pessoas. É uma migração do mundo atual e o início de um novo mundo, a meu ver (E1).

[...] é uma tendência mundial, principalmente em função da tecnologia que propicia a chamada economia lateral, e neste sentido a cooperativa tem desenvolvido muitas ferramentas baseadas na economia colaborativa (E2).

A visão dos entrevistados que apresentam certa compreensão sobre a economia colaborativa, está associado ao que aponta Botsman e Rogers (2011), quando afirmam que as inovações tecnológicas influenciam o crescimento da economia colaborativa, tendo a *internet* como ferramenta que propicia às pessoas conectarem-se umas às outras na busca de sinergias, visando a melhoria do bem-estar social. Apontam também que a ideia

de economia colaborativa precisa ser disseminada em maior escala, o que foi percebido pela ausência do conhecimento demonstrada por parte dos gestores entrevistados.

No que se referem às possíveis contribuições que a economia colaborativa poderia trazer para o desenvolvimento do cooperativismo de crédito, quatro gestores não souberam opinar, tendo em vista o não conhecimento desta temática. Em contrapartida, os gestores que detém informações sobre esta realidade, asseguraram que a economia colaborativa pode possibilitar a criação de produtos digitais com custo menor para os associados e, conseqüentemente, reduzido para a cooperativa.

Recorrendo a Rifkin (2016), o compartilhamento de crédito é denominado de empréstimo social, onde as instituições financeiras operam *online*, realizando operações destinadas ao atendimento das necessidades da sociedade. Esse tipo de operação facilitado pela *internet* propicia custo de empréstimo reduzido, o que permite reduzir as taxas de juros e encargos, reduzindo os custos fixos que são elevados, e se comparado às grades instituições financeiras, torna-se um diferencial importante a favor das cooperativas de crédito.

Dessa forma, a economia colaborativa poderá ser utilizada como propagação e fortalecimento do cooperativismo de crédito. O relato a seguir ilustra essa afirmação.

[...] hoje a grande maioria dos associados ainda se sentem 'clientes' da Cooperativa, e se sentindo clientes, agem como clientes e não associados. Cabe às cooperativas aumentarem o senso de pertencimento. Esses associados precisam se sentir donos, mais que isso, precisam se sentir parte da cooperativa. O novo modelo de economia compartilhada vem crescendo com a disseminação dos próprios usuários, sendo este o maior desafio das cooperativas financeiras, na linha da economia colaborativa. (E2).

Tendo como referência a pesquisa realizada, foi possível inferir sobre as dificuldades a serem enfrentadas para a implantação da economia colaborativa na cooperativa estudada. Os conteúdos das entrevistas revelaram a necessidade de quebra de paradigmas em relação a determinados aspectos, como por exemplo, os relacionados à utilização dos meios digitais, tendo em vista a média de idade mais elevada dos associados, o que poderá constituir-se numa barreira ao novo modelo.

Nessa direção, Botsman e Rogers (2011), apontam que a evolução da economia colaborativa surge com influência da nova geração, chamada geração Y, que tem grande

desapego a ativos na comparação com as gerações anteriores, como também facilidade de se adequar às novas tecnologias.

Para alguns dos gestores, o fato de as cooperativas de crédito, na sua maioria, estarem concentradas no interior do estado e em cidades menores, faz com que o acesso às tecnologias mais avançadas se mostre ainda mais restritivas aos cooperados. Grande parte desses, ainda apresentam dificuldades na sua assimilação, portanto, constitui-se fator importante de restrição à sua adoção.

Ao analisar os modelos de sucesso no contexto da economia colaborativa, *Uber*, *Netflix*, *Nubank*, entre outros, estes empreendimentos demandam tecnologia avançada, que muitas vezes não está acessível ou não foi despertado em regiões mais restritas do interior do país, portanto, constitui-se em importante fator limitador à implementação da economia colaborativa na cooperativa de crédito estudada.

Outro aspecto a ser mencionado, tendo como referências os dados obtidos por maio das entrevistas, refere-se ao baixo nível de conhecimento demonstrado pelos gestores, considerados estratégicos pela instituição, sobre esta nova modalidade de economia. Diante dessa realidade, potencializa ainda mais as dificuldades de avanço da cooperativa em relação aos desafios desta nova modalidade de economia que já está presente no mercado e deverá ser enfrentado pela instituição.

Por outro lado, as dificuldades apontadas pelos entrevistados podem ser consideradas uma questão de tempo, para que os acessos ao mundo digital socializem ainda mais, possibilitando assim, maior interação entre as classes sociais e favorecendo os princípios da economia colaborativa e o cooperativismo de crédito. .

Considerações Finais

Este estudo atingiu o seu objetivo, que consistiu em analisar e descrever como a economia colaborativa pode contribuir para a expansão do cooperativismo de crédito, por meio de pesquisa descritiva de abordagem qualitativa.

Foi possível identificar que o modelo de economia colaborativa é uma realidade e este novo conceito pode auxiliar as cooperativas de crédito a serem mais eficientes e competitivas, já que a sua principal atribuição por via da ajuda mútua é oferecer produtos e serviços de qualidade com menor custo para os associados.

Em relação ao caso estudado, observou-se que a percepção dos gestores pesquisados vai ao encontro da importância e a necessidade de avanços da instituição em relação aos princípios da economia colaborativa. Por outro lado, alguns aspectos identificados podem constituir em dificuldades em relação a esses avanços em curto prazo. Essas dificuldades estão relacionadas a aspectos tecnológicos, de condicionamento em função do perfil dos associados, e o próprio planejamento e preparação dos atores da instituição para os avanços nesta direção.

Em relação à tecnologia, o acesso à *internet* ainda se mostra restrito para grande parte dos associados, principalmente se considerar as cooperativas instaladas no interior do estado de Minas Gerais. Por outro lado, a tecnologia pode ser considerada um indutor do processo de mudança, à medida que se verifica aumento do acesso à *internet*, sociabilidade por meio das novas tecnologias e a nova geração com maior facilidade para entender e participar do mundo digital. Esses são alguns dos elementos apontados como os principais indutores do crescimento da economia colaborativa e, conseqüentemente, contribuindo para alterar a forma de realização dos negócios.

Outro aspecto observado e que deverá ser considerado é o condicionamento natural dos associados a utilizarem os serviços da cooperativa de forma tradicional. O contato pessoal ainda é muito valorizado por grande parte dos cooperados, considerando tanto a questão da ‘segurança’ na realização do negócio financeiro, como também, a oportunidade de ‘socialização’, o que pode ser observado, principalmente, nas pequenas cidades do interior do estado. Dessa forma, a mudança dos processos com ênfase na tecnologia não se dará de forma imediata, sendo necessário respeitar certos aspectos condicionantes de uma geração que foi condicionada a realizar seus negócios com base em processos tradicionais, principalmente aqueles que envolvem as finanças.

Observou-se também, que a maioria dos gestores entrevistados não tem conhecimento do tema ‘economia colaborativa’, o que demonstra a necessidade da unidade estudada colocar esta temática entre as suas prioridades estratégicas, caso pretenda avançar nesta direção. Como estratégia, poderá definir ações a serem implementadas, e entre elas, a preparação dos atores instrucionais, sobretudo os gestores, que se mostraram despreparados para os avanços na direção do novo modelo relacionado a economia colaborativa nos negócios da instituição.

No que se refere à relevância do estudo, acredita-se que no âmbito acadêmico a pesquisa foi importante por se tratar de um tema contemporâneo, ainda pouco estudado, contribuindo assim, para reflexões e ampliação dos estudos na área. Do ponto de vista

institucional, considera-se que a pesquisa poderá contribuir para que a instituição possa melhor compreender a temática estudada, como também refletir sobre a sua viabilidade na instituição. Outra contribuição está relacionada ao nível de conhecimento da temática estudada pelos atores pesquisados, necessitando, portanto, avançar em termos do seu entendimento, se a cooperativa tiver como interesse colocar em prática em seus negócios, os princípios relacionados à economia colaborativa.

Quanto à limitação do estudo, esta se deu em relação aos sujeitos pesquisados, que se restringiu a seis gestores da instituição. Portanto, visando pesquisas futuras, sugere-se a realização de pesquisa envolvendo os demais funcionários da instituição pesquisada, como também a realização de pesquisas em outras cooperativas, cobrindo assim, as demais áreas de atuação do cooperativismo.

Por fim, espera-se que esta pesquisa possa ter contribuído para a melhor compreensão das mudanças que vem sendo induzidas pela economia colaborativa, e que esta transição da era capitalista para o mundo compartilhado, possa ser um incentivo para a evolução do cooperativismo de crédito na realidade brasileira.

Referências

BARDIN, Laurence. **Análise de conteúdo**. Lisboa: Edições 70, 2011.

BELK, Russell W. You are what you can access: Sharing and collaborative consumption online. **Journal of Business Research**, A.67, n.8, 2013.

BOTSMAN, Rachel.; ROGERS, Roo. **What's mine is yours: how collaborative consumption is changing the way we live**. London: Collins, 2011.

COLLIS, Jill; HUSSEY, Roger. **Pesquisa em administração: um guia prático para alunos de graduação e pós-graduação**. Porto Alegre: Bookman, 2055.

FRANTZ, Walter. **Associativismo, cooperativismo e economia solidária**. Ijuí: Unijuí, 2012.

GOUVEIA, Flávio. **Associativismo e cooperativismo**. São Paulo: [se], 1997.

GUINNANE, Timothy W. Cooperatives as information machines: German rural credit cooperatives, 1883–1914. **The Journal of Economic History**, v. 61, n. 02, p. 366-389, 2001.

HUPPI, Monika.; FEDER, Gershon. The role of groups and credit cooperatives in rural lending. **The World Bank Research Observer**, v. 5, n. 2, p. 187-204, 1990.

MAURER, Ângela Maria *et al.* Yes, we also can! O desenvolvimento de iniciativas de consumo colaborativo no Brasil. **BASE: revista de administração e contabilidade da Unisinos**. São Leopoldo, RS. Vol. 12, n. 1 (jan./mar. 2015), p. 68-80, 2015.

MLADENATZ, Gromoslav. **História da doutrina cooperativista**. Brasília: Confedbr, 2003.

MEINEN, Ênio; PORT, Márcio. **Cooperativismo financeiro: virtudes e oportunidades**. Ensaio sobre a perenidade do empreendimento cooperativo. Brasília: Confedbr, 2014.

MEINEN, Ênio.; PORT, Márcio. **Cooperativismo financeiro: percurso histórico, perspectivas e desafios**. Brasília: Confedbr, 2016.

PINHEIRO, Marcos Antônio Henriques. **Cooperativas de crédito: história da evolução normativa no Brasil**. Brasília: BCB, 2007.

RECH, Daniel. **Cooperativas: uma alternativa de organização popular**. Rio de Janeiro: DP&A, 2000.

RIFKIN, Jeremy. **Sociedade com custo marginal zero**. São Paulo: M. Books, 2016.

RODRIGUES, Airton. **Pesquisa mercadológica**. São Paulo: Pearson Education do Brasil, 2015.

ROSA, Maria Virginia de Figueiredo P. do Couto; ARNOLDI, Marlene Aparecida Gonzales Colombo. **A entrevista na pesquisa qualitativa: mecanismo para validação dos resultados**. Belo Horizonte: Autêntica, 2014.

SINGER, Paul. **Introdução à economia solidária**. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2002.

SOARES, Marden Marques. **Microfinanças: o papel do Banco Central do Brasil e a importância do cooperativismo de crédito**. Brasília: BCB, 2008.

VEIGA, Sandra Mayrink.; FONSECA, Isaque. **Cooperativismo: uma revolução pacífica em ação**. Rio de Janeiro: DP&A, 2001.

VIEIRA, Marcelo Milano.; ZOUAIN, Deborah Moraes. **Pesquisa qualitativa em administração: teoria e prática**. Rio de Janeiro: FGV, 2005.

YIN, Robert K. **Estudo de caso: planejamento e métodos**. 2. ed. Porto Alegre: Bookman, 2001.